

resultados

1T17

RELAÇÕES
COM INVESTIDORES

isa
CTEEP

CTEEP ANUNCIA OS RESULTADOS DO 1T17

São Paulo, 27 de Abril de 2017 – A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do primeiro trimestre 2017. As informações financeiras e operacionais dos períodos, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

DESTAQUES 1T17

- **RBSE:** A remuneração do ativo de concessão do RBSE resultou em R\$ 211,7 milhões na Receita Líquida do 1T17.
- **EBITDA ICVM 527:** Atingiu R\$ 398,0 milhões, aumento de R\$ 246,5 milhões em relação ao 1T16.
- **Debêntures de Infraestrutura ICVM 400:** Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, no montante total de R\$ 300 milhões, remunerada a IPCA +5,0373% com vencimento em fevereiro de 2024.
- **DIT:** Foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 758/2017 a qual estabelece as condições gerais para incorporação das DIT's pelas Distribuidoras, assim como lista em seu anexo as instalações atualmente sob concessão das transmissoras que atendem aos critérios e serão incorporadas pelas distribuidoras a partir de 1º de janeiro de 2019.

Principais Indicadores (R\$ milhões)	IFRS		REGULATÓRIO	
	1T17	1T16	1T17	1T16
Receita Líquida	530,6	268,7	267,6	237,4
EBITDA □	398,0	151,5	165,4	0,1
Margem EBITDA □	75,0%	56,4%	61,8%	0,1%
Lucro Líquido	267,2	98,2	66,1	92,7
Margem Líquida	50,4%	36,6%	24,7%	39,0%

Rating: Fitch AAA(bra)

SUMÁRIO

A ISA CTEEP	4
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS	5
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório	12
Investimentos.....	18
Evento Subsequente	19
Mercado de Capitais.....	20
Anexos.....	21
▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS.....	21
▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)	23
▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil).....	24
▪ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil).....	25
▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil).....	26
▪ Anexo VI – Subsidiárias	27
▪ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório	29
▪ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório.....	31
▪ Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)	32

A ISA CTEEP

A ISA CTEEP uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, é responsável pelo transporte anual de cerca de 24% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

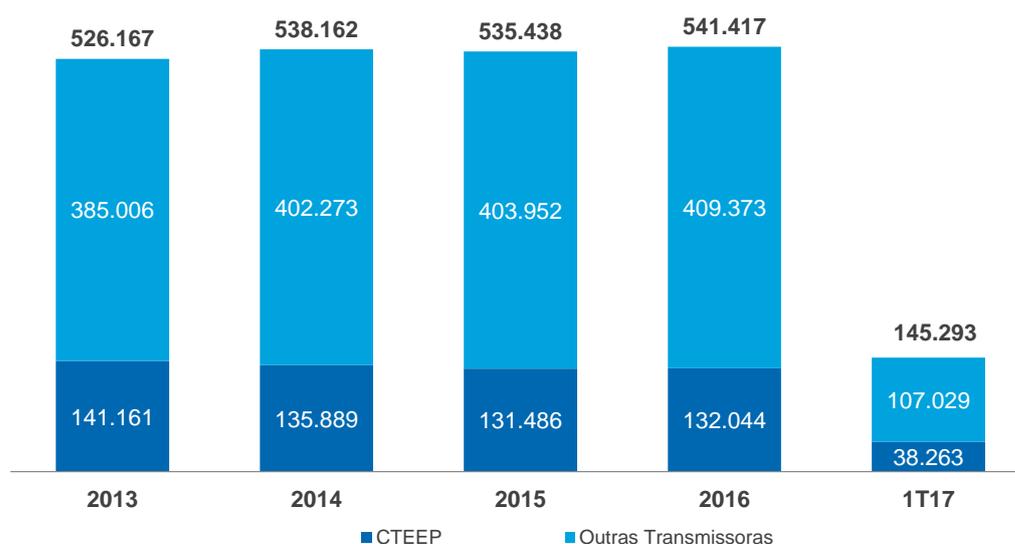
A Companhia está sediada em São Paulo e marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 17 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

A Companhia detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul), IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste), Evrecy, IE Itaúnas (Interligação Elétrica itaúna), IE Aimorés (interligação Elétrica Aimorés) e IE Paraguaçu (Interligação Elétrica Paraguaçu).

A ISA CTEEP e suas subsidiárias têm uma infraestrutura robusta com capacidade instalada de 56.237 MVA de transformação, com 18.633 km de linhas de transmissão, 25.785 km de circuitos, 2.358 km de cabos de fibra óptica próprios e 122 subestações com tensão de até 550 kV. Essa rede é integrada, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como à conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da ISA CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2013 a 1T17.

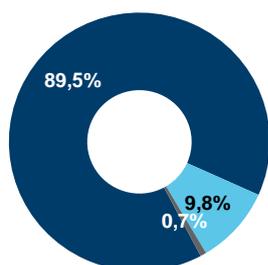
GWh



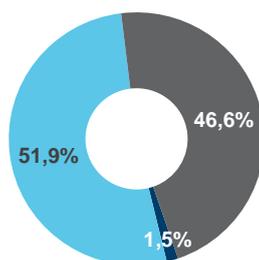
■ **Composição Acionária**

Controlada pela ISA, empresa multilatinas de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais. Das ações preferenciais, estão em poder de investidores nacionais 77% e 23% por investidores estrangeiros.

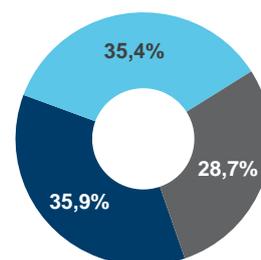
Ações Ordinárias – TRPL3
(39% do Capital Social do total)



Ações Preferenciais – TRPL4
(61% do Capital Social total)



Capital Social Total



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Outros

Desempenho Operacional

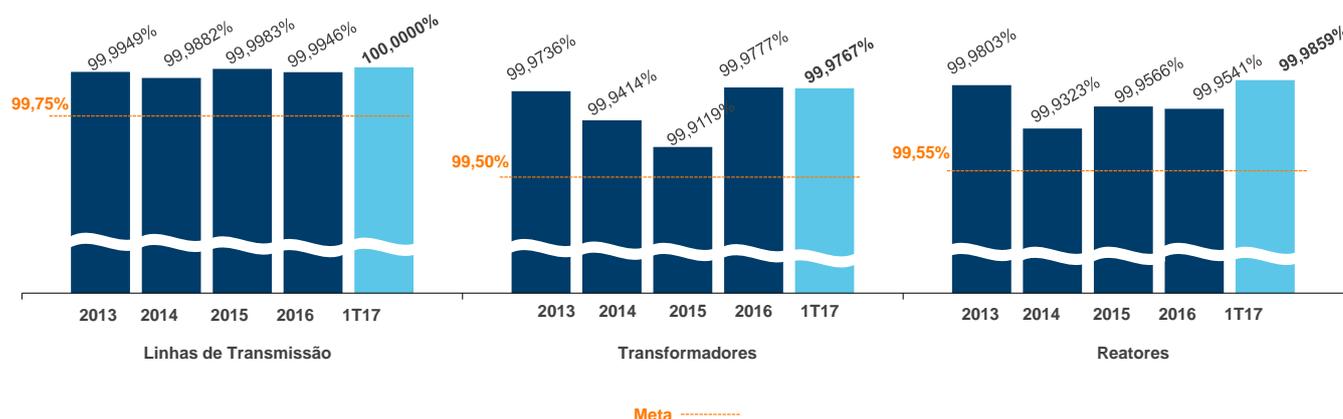
■ **Excelência Operacional**

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão com rentabilidade. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP no período de 2012 a 2016.

Disponibilidade dos Ativos (31/03/2017)



Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

▪ Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 600,6 milhões, decorrente, substancialmente, do impacto da remuneração do ativo de concessão do RBSE registrado no 1T17, no montante de R\$ 211,7 milhões.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Infraestrutura	73,7	20,2	265,8%	77,1	24,3	216,8%
Operação e Manutenção	227,8	208,1	9,5%	237,0	219,2	8,1%
Remuneração Ativos de Concessão	255,6	36,8	595,3%	279,3	58,0	381,6%
Outras	8,0	6,3	26,0%	7,2	5,5	31,2%
Total	565,2	271,3	108,3%	600,6	307,0	95,7%

Receita de Infraestrutura - A receita de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 77,1 milhões no 1T17, aumento de 216,8% quando comparada aos R\$ 24,3 milhões registrada no 1T16, decorrente, principalmente, do aumento em projetos de substituição e instalação de bancos de transformadores, implantação de estrutura de derivação e instalação de transformadores de aterramento na Controladora.

Receita dos Serviços de Operação e Manutenção – No 1T17, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 237,0 milhões, aumento de 8,1% quando comparados aos R\$ 219,2 milhões do 1T16.

Esse aumento é justificado, principalmente, pela (i) variação positiva de R\$ 16,7 milhões, referente ao IGPM/IPCA aplicados na parcela da receita de O&M, que corrigem a RAP do ciclo 2015/2016 para o ciclo de 2016/2017, dos contratos de concessão da Companhia, (ii) aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para consumidores livres de R\$ 5,9 milhões (iii) variação negativa de R\$ 4,1 de antecipações.

Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros estimados para a vida do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

A Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 279,3 milhões no 1T17, aumento de 381,6% comparada a ao 1T16 quando atingiu R\$ 58,0 milhões, refletindo, principalmente, remuneração do ativo de concessão do RBSE registrado no 1T17, no montante de R\$ 211,7 milhões.

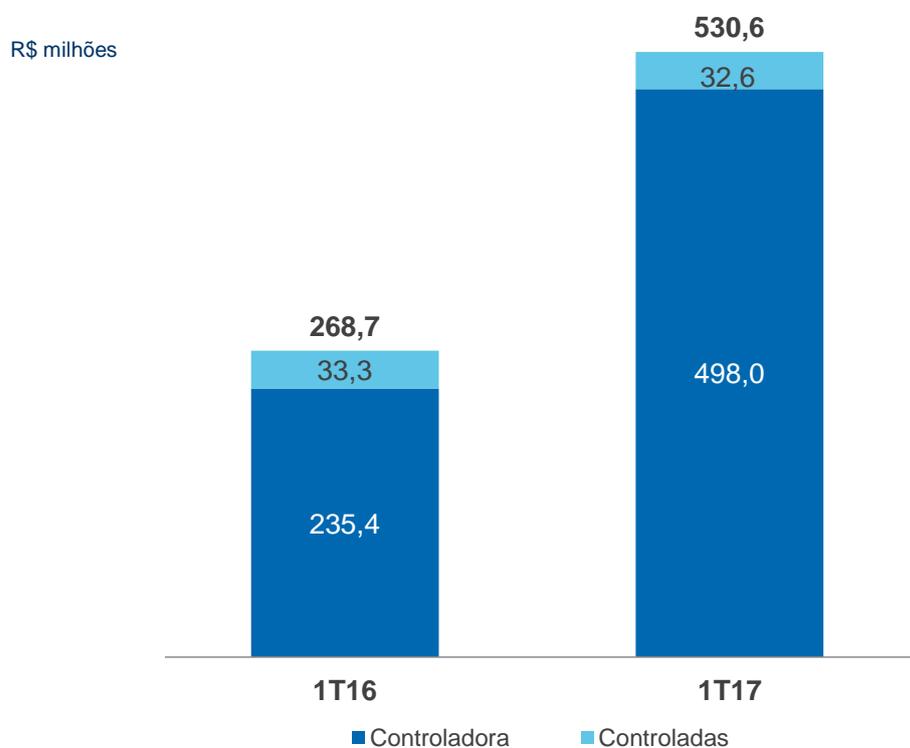
Outras Receitas - Referem-se a aluguéis com empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. No 1T17, estas receitas totalizaram R\$ 7,2 milhões, aumento de 31,2 % comparada ao 1T16, quando registrou R\$ 5,5 milhões, principalmente pelo reajuste nos contratos de prestação de serviços de manutenção e análises técnicas.

▪ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional consolidada atingiram R\$ 70,0 milhões no 1T17, frente aos R\$ 38,3 milhões no 1T16, devido, principalmente à constituição de provisão de PIS/COFINS diferidos no montante de R\$ 19,6 milhões pela remuneração do ativo de concessão do RBSE referente ao 1T17 e, pelo aumento na tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE pelo consumo de energia pelo "consumidores livres".

▪ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida no 1T17 atingiu R\$ 530,6 milhões aumento de 97,5% em relação ao 1T16 quando registrou R\$ 268,7 milhões, principalmente pela remuneração do ativo da concessão RBSE, que gerou impacto de R\$ 192,1 milhões na receita líquida do período.



■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M no 1T17, registraram R\$ 122,4 milhões, aumento de 5% em relação aos R\$ 116,5 milhões do 1T16.

A variação dos custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 12,1% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,3% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho de 2016; (ii) aumento 2,9% em serviços de terceiros principalmente pela correção dos valores de IPTU, compensada pela (iii) redução de 54,3% nas despesas de contingências pelo maior volume de processos trabalhistas e constituição de provisão cível, realizadas no 1T16.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Pessoal	(73,0)	(65,2)	12,1%	(75,6)	(67,4)	12,1%
Materiais	(1,6)	(3,1)	(48,7%)	(1,6)	(3,2)	(50,3%)
Serviços	(22,4)	(22,3)	0,3%	(23,9)	(23,2)	2,9%
Depreciação	(2,2)	(1,9)	14,7%	(2,4)	(2,1)	13,0%
Contingências	(2,3)	(6,2)	(63,5%)	(2,8)	(6,1)	(54,3%)
Outros	(15,1)	(14,5)	3,9%	(16,1)	(14,4)	11,8%
Total	(116,6)	(113,2)	2,9%	(122,4)	(116,5)	5,0%

Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 69,8 milhões no 1T17, aumento de 213,0% em relação ao 1T16 quando registrou R\$ 22,3 milhões. Esta variação acompanha o aumento na receita de infraestrutura, decorrente da realização de projetos de reforços e melhorias, principalmente na Controladora.

Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Total	(66,8)	(18,3)	265,3%	(69,8)	(22,3)	212,9%

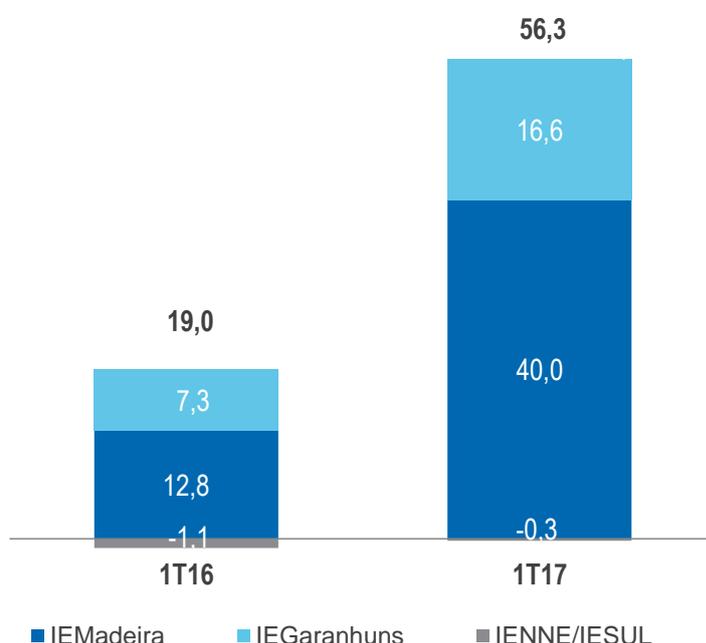
Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 1T17 registrou receita de R\$ 56,3 milhões, aumento de 196,3% frente à receita de R\$ 19,0 milhões registrado no 1T16.

A variação positiva decorre, principalmente, do resultado da subsidiária IEMadeira devido: (i) aumento de R\$ 2,4 milhões na receita líquida, principalmente pela correção do IPCA; (ii) aumento nas despesas gerais e administrativas no valor de R\$ 2,5 milhões; (iii) impacto positivo no resultado financeiro de R\$ 6,7 milhões com a redução nas despesas de juros sobre Debêntures, devido a liquidação parcial dos juros em março de 2016 e (iv) redução em despesas de IR/CSLL no montante de R\$ 20,6 milhões pela revisão da taxa efetiva do IR diferido pelo benefício fiscal da SUDAM.

O crescimento no resultado da subsidiária IEGaranhuns representa, principalmente, a redução de R\$ 16,9 milhões nas despesas de IR/CSLL pela revisão da alíquota da taxa efetiva de imposto de renda diferido decorrente do benefício fiscal da SUDENE, compensado pela redução de R\$ 7,0 milhões na receita líquida, principalmente em remuneração do ativo da concessão, devido a alteração da Taxa Efetiva de Juros (TEJ), no período de construção para o período de operação

(R\$ milhões)



Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 29,3 milhões no 1T17, aumento de 16,3% frente a despesa de R\$ 25,2 milhões registrada no 1T16. A variação reflete, principalmente, a redução do saldo médio de aplicação financeira, de R\$ 281,3 milhões no 1T16 para R\$ 103,1 milhões no 1T17.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	2,9	9,6	(69,8%)	10,3	14,9	(30,9%)
Variações monetárias líquidas	(7,8)	(6,6)	17,4%	(7,8)	(6,4)	22,1%
Juros e encargos sobre empréstimos	(27,3)	(30,2)	(9,6%)	(31,1)	(34,6)	(9,9%)
Outras	(0,6)	1,0	(157,1%)	(0,6)	0,9	(168,6%)
Total	(32,7)	(26,3)	(24,3%)	(29,3)	(25,2)	16,3%

■ Imposto de Renda e Contribuição Social

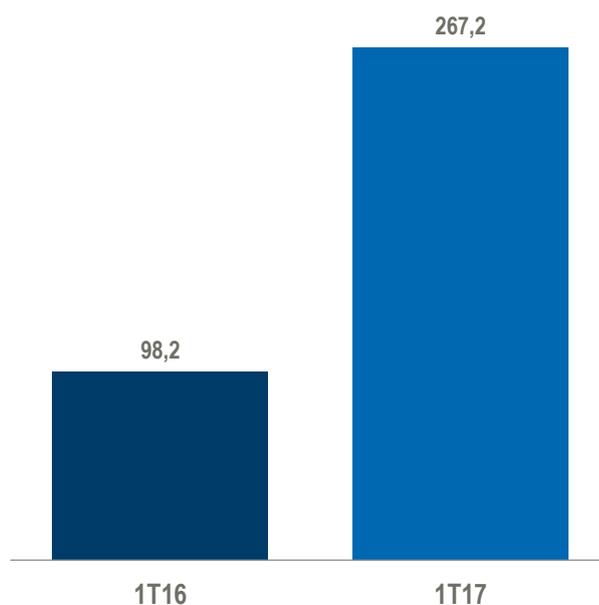
A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e as controladas são tributadas no regime de Lucro Presumido.

Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01), são reconhecidos por competência e oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento), de acordo com a legislação tributária.

O imposto de renda e contribuição social consolidado geraram despesa de R\$ 98,4 milhões no 1T17, 287,4% superior à despesa de R\$ 25,4 milhões do 1T16, refletindo, principalmente a constituição do IR/CSLL diferidos no montante de R\$ 65,3 milhões, pela atualização do ativo financeiro referente às instalações de RBSE. A alíquota efetiva no 1T17 foi de 26,9%, comparada com 20,5% no 1T16.

■ Lucro Líquido

O Lucro Líquido no 1T17 totalizou R\$ 267,2 milhões, decorrente do impacto de R\$ 126,8 milhões da remuneração do ativo de concessão do RBSE. Excluindo esse efeito, o lucro líquido seria de R\$ 140,4 milhões, aumento de 43% comparado ao 1T16.



EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12 foi de R\$ 398,0 milhões no 1T17. Excluindo o efeito da remuneração do ativo de concessão RBSE, o EBITDA foi de R\$ 205,8 milhões, aumento de R\$ 246,5 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 54,3 milhões comparado ao EBITDA de R\$ 151,5 milhões do 1T16.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	1T17	1T16	1T17	1T16
Lucro (prejuízo) Líquido	261,3	94,4	267,2	98,2
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	96,8	23,5	98,4	25,4
Resultado financeiro líquido	32,7	26,2	29,3	25,2
Depreciações e amortizações	2,9	2,6	3,0	2,8
EBITDA ICVM nº 527/12	393,7	146,7	398,0	151,5
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	79,1%	62,1%	75,0%	56,2%
RBSE	192,2	0,0	192,2	0,0
EBITDA ex-RBSE	201,5	146,7	205,8	151,5
Margem EBITDA ex-RBSE	65,9%	62,1%	60,8%	56,2%

Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório¹**Receita Operacional Bruta – Regulatório**

No 1T17, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 311,5 milhões, aumento de 14,3% em relação ao 1T16, quando registrou R\$ 272,4 milhões. Este aumento decorre, principalmente, (i) da correção monetária do IPCA referente ao ciclo da RAP de 2015/2016 para o ciclo 2016/2017 e (ii) da entrada em operação de novos investimentos e (iii) do aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para consumidores livres.

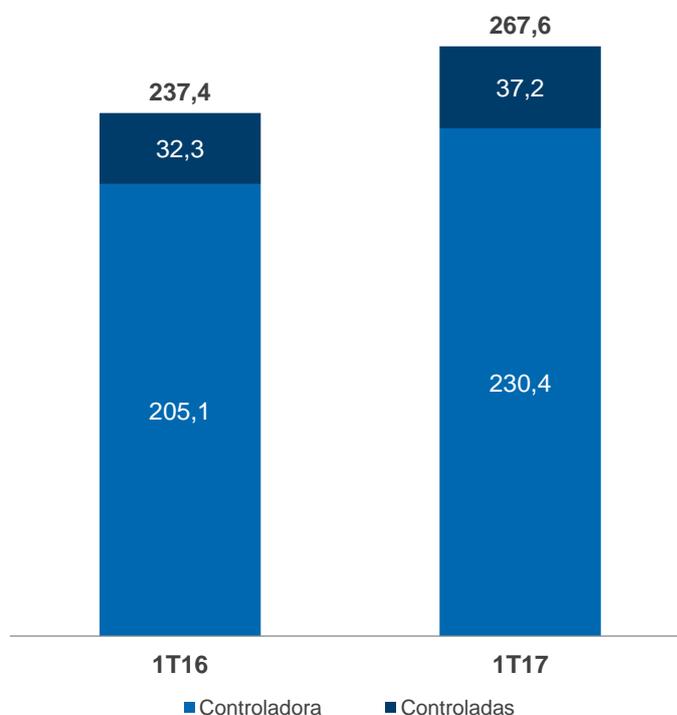
Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	263,3	231,6	13,7%	304,3	266,9	14,0%
Outras	8,0	6,3	26,0%	7,2	5,5	31,2%
Total	271,3	237,9	14,0%	311,5	272,4	14,3%

Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 42,9 milhões no 1T17, aumento de 22,5% comparadas aos R\$ 35,0 milhões do 1T16, acompanhando o aumento na receita e também, o aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Receita Operacional Líquida – Regulatório

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 1T17 atingiu R\$ 267,6 milhões, aumento de 12,7% em relação ao 1T16 quando registrou R\$ 237,4 milhões.



¹ Resultado Regulatório: Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são auditados somente ao final de cada exercício social pelos auditores independentes (os resultados regulatórios do 1T17 ainda não foram revisados pela auditoria). A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar para o entendimento do negócio da CTEEP.

■ **Custos e Despesas de O&M – Regulatório**

Os custos e despesas de O&M totais, registraram aumento de 5,6%, em relação ao 1T16, atingindo R\$ 136,6 milhões no 1T17.

A variação dos custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 12,2% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,3% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho de 2016; (ii) aumento 2,6% em serviços de terceiros principalmente pela correção dos valores de IPTU, compensada pela (iii) redução de 54,3% nas despesas de contingências pelo maior volume de processos trabalhistas e constituição de provisão cível, realizadas no 1T16.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

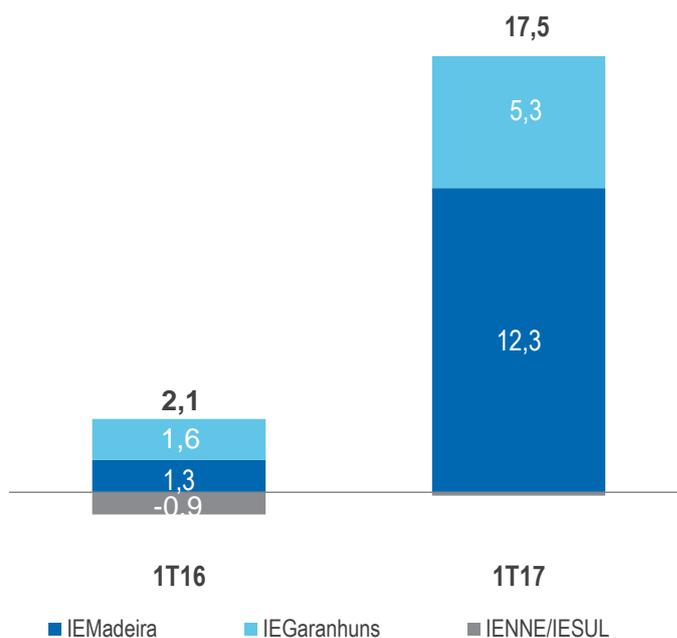
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Pessoal	(73,1)	(65,1)	12,3%	(75,6)	(67,3)	12,2%
Materiais	(2,3)	(3,0)	-24,1%	(2,4)	(3,1)	-22,2%
Serviços	(22,5)	(22,2)	1,0%	(23,7)	(23,1)	2,6%
Depreciação	(9,2)	(7,3)	25,3%	(16,3)	(13,7)	18,9%
Contingências	(2,2)	(6,2)	-64,3%	(2,8)	(6,1)	-55,1%
Outros	(15,2)	(15,4)	-1,3%	(15,9)	(16,0)	-0,8%
Total	(124,4)	(119,3)	4,3%	(136,6)	(129,4)	5,6%

■ **Equivalência Patrimonial – Regulatório**

O resultado da equivalência patrimonial no 1T17 registrou receita de R\$ 17,5 milhões, aumento de 743,8% em relação ao 1T16, quando reportou R\$ 2,1 milhões. A variação reflete, principalmente o aumento no resultado da subsidiária IEMadeira em R\$ 11,0 milhões decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 9,1 milhões na receita líquida pela correção do IPCA e do impacto positivo no resultado financeiro de R\$ 6,7 milhões com a redução nas despesas com juros sobre as Debêntures devido a liquidação parcial dos juros em março de 2016.

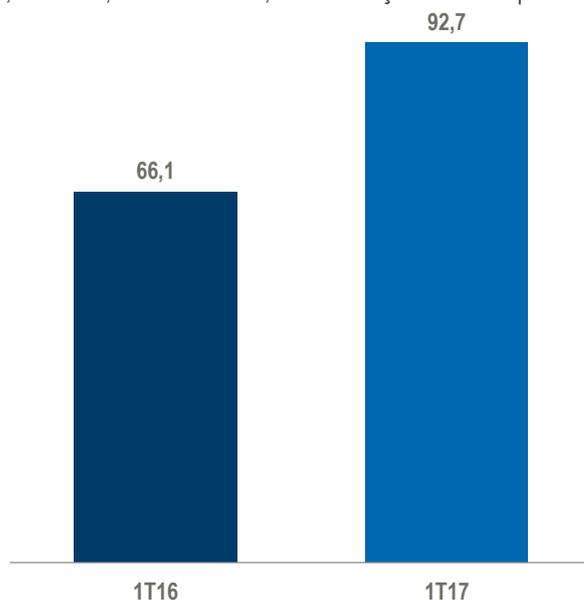
A subsidiária IEGaranhuns apresentou aumento R\$ 3,7 milhões decorrente, principalmente, do aumento na receita líquida de R\$ 2,1 milhões pela correção do IPCA.

(R\$ milhões)



■ **Lucro Líquido – Regulatório**

O lucro líquido no 1T17 atingiu R\$ 92,7 milhões, aumento de 40,2% em relação ao 1T16 quando registrou R\$ 66,1 milhões.



■ **EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório**

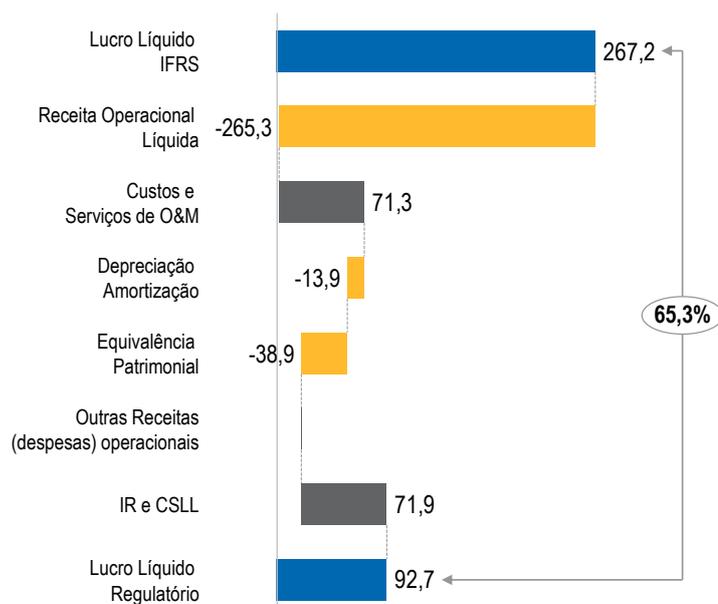
O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 165,4 milhões no 1T17, aumento de R\$ 41,0 milhões comparado ao Ebitda registrado no 1T16 de R\$ 124,4 milhões. A margem EBITDA no 1T17 alcançou 61,8% no trimestre.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	1T17	1T16	1T17	1T16
Lucro (prejuízo) Líquido	86,8	62,3	92,7	66,1
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	24,8	17,0	26,5	18,8
Resultado financeiro líquido	32,7	26,2	29,3	25,2
Depreciações e amortizações	16,9	8,0	16,9	14,3
EBITDA ICVM nº 527/12	161,3	113,5	165,4	124,4
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	70,0%	55,4%	61,8%	52,4%

Comparativo Lucro Líquido IFRS vs Regulatório

No IFRS os investimentos são registrados como um ativo financeiro a ser liquidado ao longo da concessão, gerando uma receita e custo de construção. Este ativo financeiro quando atualizado, gera a receita de remuneração da infraestrutura. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil e a receita (RAP) é reconhecida conforme seu faturamento, no prazo da concessão.

As principais variações entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório no 1T17 estão apresentadas abaixo:



Receita Operacional Líquida: Reconhecimento de Receita de Infraestrutura de R\$ 79,5 milhões e da Receita dos Ativos da Concessão de R\$ 279,3 milhões, principalmente pela remuneração do RBSE, combinado com a reclassificação da Receita de O&M de R\$ 67,2 milhões e PIS e CONFINS Diferido de R\$ 26,3 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 265,3 milhões.

Custos de Infraestrutura e O&M: Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura e de O&M totalizando o ajuste de R\$ 71,3 milhões.

Depreciação e Amortização: Reversão dos Ativos Financeiros da Concessão em R\$ 13,9 milhões.

Equivalência Patrimonial: Ajustes nas controladas pela adoção do IFRIC 12 que impactam, principalmente, a contabilização das receitas de Infraestrutura e dos Ativos da Concessão.

IR & CSLL: a partir de 2015 a base de tributação do IR/CSLL é o IFRS com reconhecimento de imposto diferido sobre os resultados de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão reconhecidos por competência e oferecidos a tributação pelo efetivo recebimento.

Estrutura de Capital

Endividamento*

A dívida bruta consolidada em 31 de março de 2017 somou R\$ 1.306,6 milhões, aumento de 29,3% em relação ao final de 2016 quando registrou R\$ 1.010,4 milhões, refletindo, principalmente, a emissão de Debêntures de R\$ 300,0 milhões, em março de 2017.

As disponibilidades da CTEEP consolidada somavam R\$ 441,0 milhões em 31 de março de 2017, aumento de 29,5% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2016 quando atingiu R\$ 340,6 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 865,6 milhões, apresentando aumento de 29,2 % em relação à dívida líquida ao final de 2016.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	1T17	2016	Δ%
Dívida Bruta	1.306,6	1.010,4	29,3%
Curto Prazo	277,6	264,0	5,2%
Longo Prazo	1.029,0	746,4	37,9%
Disponibilidades CTEEP e Controladas	234,3	161,9	44,7%
Dívida Líquida CTEEP e Controladas	1.072,3	848,4	26,4%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	206,7	178,7	15,6%
Dívida Líquida Consolidada	865,6	669,8	29,2%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os **Contratos de financiamento com BNDES (válidos para o ano de 2017)** devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,5$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **1ª emissão de Debêntures** deve cumprir os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, 2,00 (dois).

Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 1ª e 3ª Emissão de Debêntures, estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia

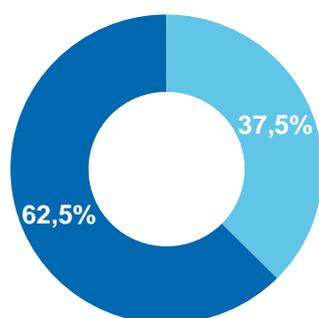
O **custo médio** da dívida consolidada passou de 11,4 % a.a. em 31 de dezembro de 2016 para 8,8% em 31 de março de 2017. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 4,57% e o CDI anualizado de março de 2017, foi de 12,13%. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2017 era de 4,6 anos, maior que o prazo de 3,9 anos ao final de 2016 .

Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado (Controladora e Controladas), a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores. Para os anos subsequentes, o indicador Dívida Líquida/EBITDA é de 3,0 para 2018, 2019 e 2020.

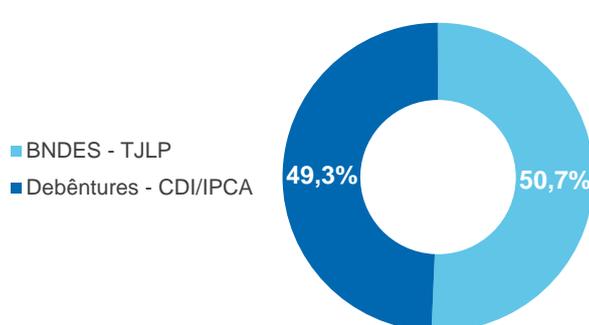
R\$ milhões



Contratação da Dívida e Indexação
1T17



Contratação da Dívida e Indexação
2016



(*) A abertura completa do endividamento da CTEEP de suas controladas e econtroladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

Investimentos

No primeiro trimestre de 2017, a CTEEP, suas controladas e coligadas, investiu um total de R\$ 46,9 milhões sendo: (i) R\$ 39,3 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento; (ii) R\$ 4,5 milhões de investimentos via subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R\$ 3,2 milhões em capitalização de pessoal, projetos corporativos e de telecomunicação.

Evento Subsequente

■ Contas a receber Lei nº 12.783 – SE

A Companhia divulgou fato relevante em 11 de abril de 2017 sobre a decisão judicial liminar, publicada em 10 de abril de 2017, no âmbito da Ação Ordinária n. 0010552-48.2017.4.01.3400, em curso perante a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, movida pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Livres – ABRACE, pela Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE contra a União Federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“Ação ABRACE”), determinando, em caráter de tutela provisória de urgência, (i) que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13; e (ii) em decorrência, que a ANEEL recalcule as tarifas de remuneração devidas às transmissoras a fim de ajustá-las à decisão. Não foi obtida tutela antecipada para a suspensão do pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, e demais pedidos das Associações, permanecendo devido o pagamento da TUST excluídos a remuneração mencionada no parágrafo 3º do artigo 1º, da Portaria MME 120/2016, mantida a atualização, sendo que, para a referida decisão impacta os associados autores.

A Companhia está avaliando as medidas cabíveis, inclusive no campo judicial, para defesa de seus interesses, sem prejuízo de seu apoio à atuação da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE, admitida, nesta mesma decisão, como assistente processual da União Federal e da ANEEL no âmbito da Ação ABRACE e aguarda posicionamento da ANEEL e MME quanto aos procedimentos a serem adotados, sem prejuízo da manutenção do seu direito à integralidade dos valores contabilizados.

■ Leilão de Transmissão ANEEL nº05/2016

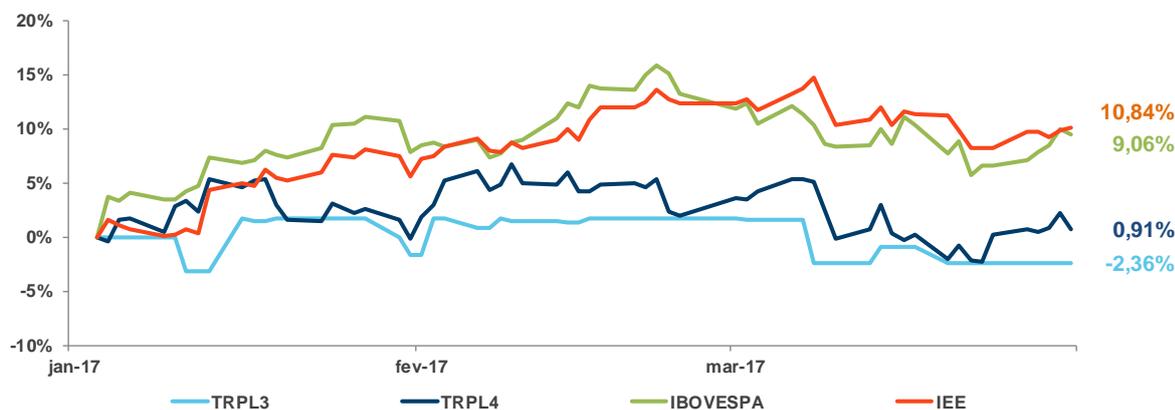
Conforme fato relevante divulgado em 24 de abril de 2017, através do leilão ANEEL nº 05/2016, a Companhia arrematou os lotes:

- Lote 1, através do Consórcio Columbia, do qual participa em parceria com a TAESA, na proporção igualitária de 50%; e
- Lotes 5, 6, 25 e 29 de forma individual

R\$ milhões	LOTE 1 Consórcio Columbia	LOTE 5 Individual	LOTE 6 Individual	LOTE 25 Individual	LOTE 29 Individual
Localidade	Paraná	São Paulo / Paraná	São Paulo	São Paulo	São Paulo
Linha de Transmissão (LT) Subestação (SE)	LT e SE	LT e SE	SE	SE	LT e SE
Investimento ANEEL	1.936,5	134,6	397,7	125,8	601,9
RAP ANEEL	400,5	27,1	83,2	25,3	113,5
RAP com deságio	267,3	18,4	46,2	10,7	53,7
Deságio	33,24%	32,20%	44,51%	57,55%	52,69%
Prazo para início de operação - meses	60	48	48	42	48
Extensão - km	1.200	36	-	-	111

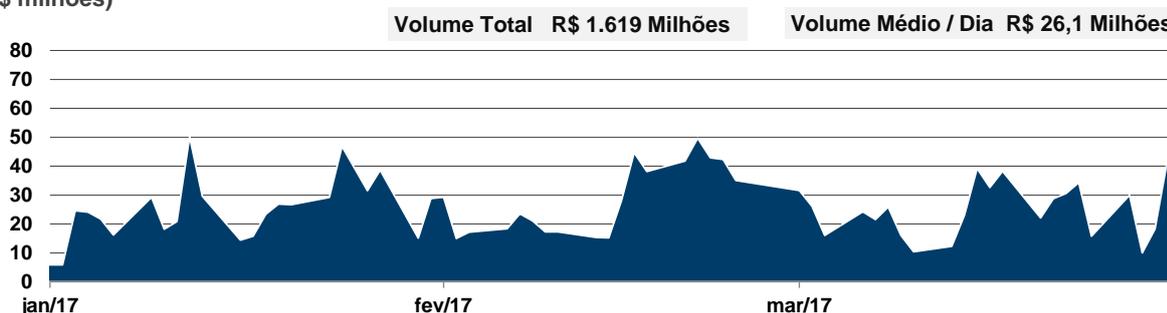
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o primeiro trimestre de 2017 cotadas a R\$57,61 e R\$ 65,12, o que representa uma variação de -2,36% e 0,91%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2016. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 9,06% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 10,84%.



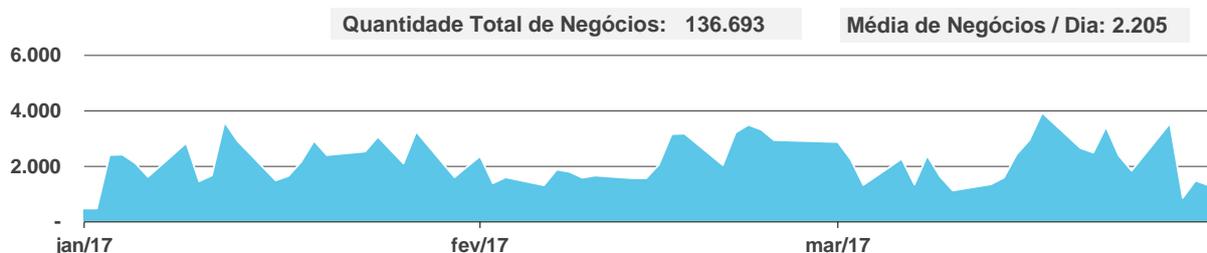
No primeiro trimestre de 2017 as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 26,1 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 31/03/2017 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 2.205 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 136,7 mil negócios no 1T17.

Quantidade de Negócios até 31/03/2017 (unidades)



Anexos

▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.787	1.609	5.614	4.524
Aplicações Financeiras	178.748	124.479	435.348	336.138
Contas a Receber	1.559.841	1.091.764	1.691.428	1.221.016
Estoques	36.500	35.796	38.427	37.723
Tributos Correntes	26.238	8.248	26.453	8.563
Despesas Antecipadas	41.964	10.104	42.185	10.303
Outros	54.060	60.054	55.602	62.077
	1.900.138	1.332.054	2.295.057	1.680.344
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	9.067.754	9.222.081	10.067.272	10.225.808
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.211.921	1.150.358	1.211.921	1.150.358
Benefício Fiscal - ágio incorporado	0	0	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	0	0
Cauções e Depósitos Vinculados	71.026	70.166	71.035	70.175
Estoques	22.554	25.438	28.254	32.512
Outros	1.549	1.570	13.970	13.572
	10.374.804	10.469.613	11.392.452	11.492.425
Investimentos	2.836.035	2.757.784	1.885.448	1.826.930
Imobilizado	24.639	25.424	24.721	25.457
Intangível	16.976	18.219	39.790	41.843
	2.877.650	2.801.428	1.949.959	1.894.231
Total do Ativo	15.152.592	14.603.095	15.637.467	15.067.000

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.637	32.872	71.435	71.679
Debêntures	206.168	192.368	206.168	192.368
Fornecedores	44.639	39.279	46.006	41.482
Tributos e Encargos sociais a recolher	44.752	28.373	47.020	30.053
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17.852	17.540	17.852	17.540
Encargos Regulatórios a recolher	15.780	12.598	15.857	12.751
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.328	139.946	2.328	139.946
Provisões	27.713	32.562	28.590	33.610
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.306	5.495	6.306	5.495
Outros	43.603	49.715	46.619	53.047
	441.778	550.748	488.181	597.971
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	272.541	279.689	418.730	432.472
Debêntures	610.237	313.931	610.237	313.931
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	117.525	119.857	117.525	119.857
PIS e COFINS diferidos	971.753	945.480	1.015.582	989.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.146.338	2.068.537	2.184.288	2.106.603
Encargos Regulatórios a recolher	31.262	29.374	34.605	32.509
Provisões	156.820	153.035	157.318	153.035
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.054	24.053
Total exigível a longo prazo	4.330.529	3.933.956	4.562.339	4.350.638
Participação de Acionista não Controlador	0	0	206.663	178.733
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.372.437	2.372.437	2.372.437	2.372.437
Reservas de Capital	1.217.583	1.217.583	1.217.583	1.217.583
Reservas de Lucros	6.527.704	6.527.704	6.527.704	6.527.704
Lucros/Prejuízos Acumulados	261.895	0	261.895	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	10.380.285	10.118.390	10.380.285	10.118.390
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	15.152.592	14.603.094	15.637.467	15.245.732

▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Receita Operacional Bruta	565.163	271.348	108,3%	600.597	306.984	95,6%
Infraestrutura	73.730	20.157	265,8%	77.098	24.334	216,8%
O&M	227.794	208.080	9,5%	236.990	219.157	8,1%
Ativos de concessão	255.645	36.766	595,3%	279.295	57.993	381,6%
Outras	7.994	6.345	26,0%	7.214	5.500	31,2%
Deduções à Receita Operacional	(67.132)	(35.936)	86,8%	(70.006)	(38.319)	82,7%
Receita Operacional Líquida	498.031	235.412	111,6%	530.591	268.665	97,5%
Custos e Despesas Operacionais	(183.462)	(131.528)	39,5%	(192.153)	(138.814)	38,4%
Pessoal	(78.099)	(70.926)	10,1%	(80.822)	(73.206)	10,4%
Material	(58.127)	(7.413)	684,1%	(60.856)	(7.690)	691,4%
Serviços	(27.641)	(30.488)	(9,3%)	(29.132)	(33.243)	(12,4%)
Outros	(19.595)	(22.701)	(13,7%)	(21.344)	(24.675)	(13,5%)
Resultado Bruto	314.569	103.884	202,8%	338.438	129.851	160,6%
Equivalência Patrimonial	76.103	40.406	88,3%	56.307	19.021	196,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	171	(126)	(235,7%)	114	(126)	(190,5%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	390.843	144.164	171,1%	394.859	148.746	165,5%
Resultado Financeiro	(32.712)	(26.219)	24,8%	(29.269)	(25.157)	16,3%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	2.903	9.620	(69,8%)	10.310	14.920	(30,9%)
Resultado de Variação monetária líquida	(7.760)	(6.608)	17,4%	(7.816)	(6.399)	22,1%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(27.298)	(30.207)	(9,6%)	(31.147)	(34.576)	(9,9%)
Outras	(557)	976	(157,1%)	(616)	898	(168,6%)
Lucro operacional	358.131	117.945	203,6%	365.590	123.589	195,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(96.821)	(23.534)	311,4%	(98.432)	(25.350)	288,3%
Corrente	(19.019)	(17.296)	10,0%	(20.747)	(19.055)	8,9%
Diferido	(77.802)	(6.238)	1147,2%	(77.685)	(6.295)	1134,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	261.310	94.411	176,8%	267.158	98.239	171,9%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(5.849)	(3.828)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	261.310	94.411	176,8%	261.309	94.411	176,8%

■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1T17	1T16	1T17	1T16
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(87.062)	27.717	(53.795)	44.630
Caixa Gerado nas Operações	105.756	101.439	135.734	127.322
Lucro Líquido	261.309	94.411	267.158	98.239
Atualização do Contas a Receber Lei 12.783 -SE	(211.748)	0	(211.748)	0
PIS e COFINS diferidos	26.273	2.374	26.137	2.442
Depreciação e Amortização	2.222	1.936	2.412	2.124
IR e CSLL diferidos	77.802	6.238	77.685	6.295
Demandas Judiciais	(1.315)	(169)	(817)	(384)
Custo residual do ativo imobilizado	0	70	0	70
Benefício fiscal - ágio incorporado	0	9	0	9
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	623	622	623	622
Realização perda em controlada em conjunto	(558)	(576)	(558)	(576)
Resultado de equivalência patrimonial	(76.102)	(40.406)	(56.305)	(19.021)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	27.250	36.930	31.147	37.502
Variações nos Ativos	-205.038	-78.451	-201.101	-83.583
Contas a receber	(102.002)	1.320	(99.570)	(2.212)
Estoques	2.180	2.957	3.554	1.363
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(61.563)	(43.391)	(61.563)	(43.391)
Tributos e contribuições a compensar	(17.904)	(16.932)	(17.804)	(16.364)
Cauções e depósitos vinculados	106	(617)	106	(617)
Outros	(25.855)	(21.788)	(25.824)	(22.362)
Variações nos Passivos	12.220	4.729	11.573	891
Fornecedores	5.360	10.481	4.538	11.403
Tributos e encargos sociais a recolher	16.379	13.064	16.967	13.675
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(4.439)	(4.106)	(4.439)	(4.106)
Encargos Regulatórios a recolher	5.070	(10.925)	5.145	(10.999)
Provisões	(4.849)	(3.111)	(5.021)	(3.317)
valores a pagar FUNCESP	811	302	811	302
Outros	(6.112)	(976)	(6.428)	(6.067)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-56.677	-13.406	-79.588	-19.898
Aplicação Financeira	(54.269)	(40.373)	(99.210)	35.517
Transações com acionistas não controladores	0	0	22.081	(82.379)
Imobilizado	(130)	(142)	(182)	(142)
Intangível	(64)	0	(64)	(3)
Investimentos	(2.214)	(941)	(2.213)	(941)
Dividendos Recebidos	0	28.050	0	28.050
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	144.907	-14.703	134.466	-25.559
Adições de empréstimos	300.000	0	300.000	0
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(17.974)	(14.702)	(28.415)	(25.558)
Dividendos pagos	(137.119)	(1)	(137.119)	(1)
Aumento de Capital	0	0	0	0
Variação de Caixa e Equivalentes	1.178	-392	1.090	-827
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.609	3.120	4.524	6.135
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.787	2.728	5.614	5.308

■ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	1T17	2016
BNDES	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	226.964	246.316
	3,50% a.a.	15/01/24	69.651	82.538
	4,00% a.a.	15/08/18	108	204
	6,00% a.a.	15/11/19	6.147	9.029
	TJLP	15/03/29	1.884	0
Debêntures - CTEEP				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	23.107	41.608
Série Única	116% CDI	26/12/18	346.374	498.747
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%aa	15/07/21	153.416	0
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,0373%aa	15/02/24	293.507	0
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	143	196
Arrendamento Mercantil	-	-	281	323
Total Dívida Bruta CTEEP:			1.121.584	878.961
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	31.603	37.425
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	33.156	37.132
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	38.530	51.092
	3,50% a.a.	15/04/23	11.018	13.282
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	5.891	6.451
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	34.755	38.796
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	30.033	33.525
Total Dívida Bruta Subsidiária			184.986	217.703
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.306.570	1.096.664

▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)

Empresa	Fontes	Vencimentos	Total	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	18/03/2025	479.091	244.336
	BNDES	15/02/2030	1.322.809	674.632
	BNDES	15/10/2022	154.438	78.763
	BASA	10/10/2032	309.091	157.636
Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)			2.265.428	1.155.368
Disponibilidades			200.222	94.474
Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)			2.065.206	1.060.894
IENNE	BB	03/07/2015	15.332	3.833
	BNB	19/05/2030	192.998	47.443
Dívida Bruta IENNE (25% CTEEP)			208.330	51.276
Disponibilidades			2.000	434
Dívida Líquida IENNE (25% CTEEP)			206.330	50.842
IEGARANHUNS	BNDES	15/12/2028	212.722	108.488
	BNDES	15/08/2023	92.137	46.990
	BNDES	15/12/2028	1.564	798
Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)			306.423	156.276
Disponibilidades			39.612	13.278
Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)			266.811	142.997
IE SUL	BNDES	15/01/2021	8.111	4.056
	BNDES	15/08/2023	4.056	2.028
	BNDES	15/08/2028	6.306	3.153
	BNDES	15/05/2025	7.833	3.916
Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)			26.306	13.153
Disponibilidades			1.057	503
Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)			25.249	12.651
TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)			2.806.487	1.376.073
TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)			2.563.596	1.267.384

■ Anexo VI – Subsidiárias

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2016/2017 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	dez/08	16,9	abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	53,8	out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	mar/12	57,9	nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais / Espírito Santo	nov/08	13,4	jul/25	CTEEP 100%
Itaúnas	Espírito Santo	em operação	47,2	fev/47	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	jan/11	40,9	mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	16,9	out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	445,6	fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	dez/15	93,5	dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%
Paraguaçu	Bahia e Minas Gerais	em operação	106,6	fev/47	CTEEP 50% TAESA 50%
Aimorés	Minas Gerais	em operação	71,4	fev/47	CTEEP 50% TAESA 50%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 235,8 milhões)

Lote F - As estações Inversora e Retificadora (contrato de concessão no 015/2009) entraram em operação comercial provisória em 12 de maio de 2014. Os ativos desde Contrato de Concessão foram declarados livres de pendências impeditivas próprias em agosto de 2014.

Em função da existência de pendências impeditivas decorrentes de outros agentes (relativas a não conclusão dos estudos conjuntos dos integradores no simulador de estudos elétricos do ONS), tem sido aplicado o fator redutor equivalente a 10% da receita associada ao contrato.

Os testes de comissionamento nas Estações Conversoras de Araraquara e Porto Velho encontram-se em sua etapa final, sendo que a operação comercial completa e a emissão pelo ONS do Termo de Liberação Definitivo estão previstos para o 2º semestre de 2017.

■ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.787	1.609	5.614	4.524
Aplicações Financeiras	178.748	124.479	435.348	336.138
Contas a Receber	101.435	72.351	114.535	83.117
Estoques	15.477	14.773	17.404	16.700
Tributos e contribuições a compensar	35.206	8.248	35.421	8.563
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.945	23.518	15.945	23.518
Despesas Antecipadas	41.964	10.104	42.185	10.303
Crédito com controladas	15.844	18.340	15.823	18.041
Outros	43.672	43.807	45.245	46.127
	451.078	317.229	727.520	547.030
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2	9.117	2	9.117
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.211.921	1.150.358	1.211.921	1.150.358
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	229.085	0	229.085
Cauções e Depósitos Vinculados	71.027	70.166	71.036	70.175
Outros	1.552	1.570	13.972	13.572
	1.284.502	1.460.296	1.296.931	1.472.307
Investimentos	1.870.592	1.830.195	1.223.393	1.203.699
Imobilizado	5.871.948	5.822.056	6.605.803	6.560.107
Intangível	81.062	82.427	108.647	110.936
	7.823.602	7.734.678	7.937.843	7.874.742
Total do Ativo	9.559.182	9.512.203	9.962.294	9.894.079

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.637	32.872	71.435	71.679
Debêntures	206.168	192.368	206.168	192.368
Fornecedor	44.639	39.279	46.019	41.482
Tributos e Encargos sociais a recolher	53.721	28.373	55.989	30.053
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17.852	17.540	17.852	17.540
Encargos Regulatórios a recolher	15.794	12.598	15.871	12.751
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.328	139.946	2.328	139.946
Provisões	27.713	32.562	28.589	33.610
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.306	5.495	6.306	5.495
Outros	43.603	49.715	46.624	53.049
	450.761	550.748	497.181	597.973
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	272.541	279.689	418.730	432.472
Debêntures	610.237	313.931	610.237	313.931
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	117.525	119.857	117.525	119.857
IR e CS Diferidos	825.623	0	825.623	
Encargos Regulatórios a recolher	31.432	29.374	34.774	32.510
Provisões	156.820	153.035	157.318	153.035
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	2.038.231	919.939	2.188.260	1.075.858
Participação de Acionista não Controlador	0	0	206.663	178.733
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.372.437	2.372.437	2.372.437	2.372.437
Reservas de Capital	1.217.583	1.217.583	1.217.583	1.217.583
Reservas de Lucros	1.127.814	1.127.814	1.127.814	1.127.814
Reserva de Reavaliação	2.264.451	3.323.016	2.264.451	3.323.016
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
Lucros/Prejuízos Acumulados	87.239	0	87.239	
	7.070.190	8.041.516	7.070.190	8.041.516
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	9.559.182	9.512.203	9.962.293	9.894.080

■ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	1T17	1T16	Δ%	1T17	1T16	Δ%
Receita Operacional Bruta	271.291	237.898	14,0%	311.491	272.403	14,3%
Disponibilidade da Rede Elétrica	263.297	231.553	13,7%	304.277	266.903	14,0%
Outras	7.994	6.345	26,0%	7.214	5.500	31,2%
Deduções à Receita Operacional	(40.858)	(32.839)	24,4%	(43.869)	(35.029)	25,2%
Receita Operacional Líquida	230.433	205.059	12,4%	267.622	237.374	12,7%
Custos e Despesas Operacionais	(124.378)	(119.157)	4,4%	(136.641)	(129.307)	5,7%
Pessoal	(73.096)	(65.112)	12,3%	(75.588)	(67.346)	12,2%
Material	(2.282)	(3.006)	(24,1%)	(2.408)	(3.094)	(22,2%)
Serviços	(22.459)	(22.233)	1,0%	(23.687)	(23.096)	2,6%
Outros	(26.540)	(28.806)	(7,9%)	(34.957)	(35.771)	(2,3%)
Resultado Bruto	106.055	85.902	23,5%	130.981	108.067	21,2%
Equivalência Patrimonial	38.226	19.716	93,9%	17.483	2.072	743,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	50	(103)	(148,5%)	(7)	(103)	(93,2%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	144.331	105.515	36,8%	148.457	110.036	34,9%
Resultado Financeiro	(32.711)	(26.219)	24,8%	(29.263)	(25.155)	16,3%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	2.903	9.620	(69,8%)	10.310	14.920	(30,9%)
Resultado de Variação monetária líquida	(7.760)	(6.608)	17,4%	(7.816)	(6.399)	22,1%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(27.298)	(30.207)	(9,6%)	(31.147)	(34.576)	(9,9%)
Outras	(556)	976	(157,0%)	(610)	900	(167,8%)
Lucro operacional	111.620	79.296	40,8%	119.195	84.881	40,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(24.795)	(17.013)	45,7%	(26.521)	(18.770)	41,3%
Corrente	(19.019)	(17.295)	10,0%	(20.745)	(19.052)	8,9%
Diferido	(5.776)	282	(2148,2%)	(5.776)	282	(2148,2%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	86.825	62.283	39,4%	92.674	66.111	40,2%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(5.848)	(3.828)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	86.825	62.283	39,4%	86.825	62.283	39,4%

■ **Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)**

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA		
	1T17	1T16	Δ%
Receita Operacional Bruta	136,3	115,8	17,8%
Deduções à receita operacional	(17,8)	(14,7)	21,2%
Receita operacional líquida	118,5	101,0	17,3%
Custos dos serviços de operação	(10,9)	(7,7)	41,5%
Depreciação	(34,2)	(34,1)	0,2%
Lucro Bruto	73,4	59,2	24,0%
Resultado Financeiro	(44,0)	(57,0)	-22,9%
Lucro antes do IR & CSLL	29,4	2,2	1255,2%
IR & CSLL*	(5,3)	0,4	-
Lucro líquido	24,1	2,6	836,7%
Participação CTEEP	12,3	1,3	836,7%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS	
	1T17	1T16
Receita Operacional Bruta	27,3	24,3
Deduções à receita operacional	(3,6)	(3,1)
Receita operacional líquida	23,7	21,2
Custos dos serviços de operação	(3,6)	(2,4)
Depreciação	(6,1)	(7,8)
Lucro Bruto	14,0	11,0
Outras receitas/despesas	1,1	0,0
Resultado Financeiro	(5,5)	(6,1)
Lucro antes do IR & CSLL	9,6	4,9
IR & CSLL*	0,8	(1,7)
Lucro líquido	10,5	3,2
Participação CTEEP	5,3	1,6

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.